

2

ISSN 0103-0876

estudos

REVISTA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS



Estudos

Goiânia

v. 16

n. 2

p. 103-174

abr./jun.

1989

A SITUAÇÃO DOS TAPUIA DO CARRETÃO*

Marlene Castro Ossami**

Os Tapuia, o mais numeroso dos três grupos indígenas que restam em Goiás, após o desmembramento do Tocantins, vivem numa única Reserva chamada Carretão, situada entre a Serra Dourada (tombador) e o rio São Patrício, ou Carretão, nos municípios de Rubiataba e Nova América. A Reserva encontra-se a aproximadamente 50 km de Rubiataba e a 30 km de Nova América, toda cercada por

* Este breve relatório, para divulgação nos meios de comunicação, é resultado de duas viagens ao Carretão, para pesquisa de campo. O trabalho final sobre os Tapuia está sendo elaborado pela pesquisadora.

** Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília – UnB. Especialista em Antropologia pela Universidade Católica de Goiás – UCG. Professora-pesquisadora no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia – IGPA, da Universidade Católica de Goiás.

grandes fazendas. Vivem ali 125 remanescentes indígenas, porém existem várias famílias Tapuia trabalhando nas fazendas vizinhas e até em garimpos, como o de Crixás.

As terras dos Tapuia foram reduzidas e retalhadas, com a demarcação feita pelo então Governador do Estado de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, pela Lei 188, de 19 de outubro de 1948, publicada no **Diário Oficial** do Estado de Goiás.

A Reserva foi dividida em duas glebas: a primeira com 1.430 hectares; a segunda com 98 hectares.

Em 1985, a Funai fez nova demarcação, tomando como base a demarcação de 1948. Atualmente, a Reserva está dividida em duas glebas: a primeira com 1.666 hectares; a segunda com 77 hectares. O total da área da Reserva é de 1.743 hectares.

Conforme os Tapuia, há necessidade de se rever essa demarcação, pois eles alegam ter sido o agrimensor subordinado pelos fazendeiros David Cardoso, Rivalino Justino de Souza e Placidino Vicente Ribeiro que, à época, ocupavam as terras dos Tapuia, deixando fora de demarcação as terras por eles ocupadas ilegalmente.

A segunda gleba, redemarcada pela Funai em 1985, até hoje não foi ocupada pelos Tapuia por ainda estar em mãos de fazendeiros. Ocupava essa área o fazendeiro Sebastião Oliveira. Recentemente, após sua morte, seus filhos venderam a terra para uma pessoa de Goiânia, conforme depoimento dos Tapuia. Caso isso tenha realmente acontecido, trata-se de venda ilegal, pois a área, pertencendo aos Tapuia, é terra da União.

Na primeira gleba, outros fazendeiros e posseiros disputam com os Tapuia a

Marlene Castro Ossami

posse da terra, como é o caso dos posseiros conhecidos por João Juquinha e José Carneiro.

Em 1986, a Funai entrou com ação liminar na justiça contra alguns posseiros, visando a obtenção de proteção possessória em favor dos Tapuia. No entanto, o Tribunal de Justiça de Goiás declarou-se incompetente para julgar a ação, por se tratar de terras da União, encaminhando os autos ao Tribunal Federal de Recursos.

Hoje, além das dificuldades que enfrentam com a redução, a invasão e a má qualidade de suas terras, os Tapuia vivem numa extrema pobreza e com uma assistência muito precária, prestada pela Funai. Haja vista o corte de 50% do orçamento da Funai para este ano, pelo governo federal.

Por ser a terra de má qualidade, os Tapuia não possuem boas roças, sendo elas insuficientes para o atendimento de suas necessidades básicas. O pouco que se produz nas roças é exclusivamente para o consumo próprio. Daí, são os Tapuia compelidos a estabelecerem relações de emprego com representantes da população regional, vendendo sua força de trabalho. Quase nunca são contratados como assalariados fixos, mas sob regime de empreita ou como diaristas. A venda da força de trabalho nas fazendas é a única escolha que têm os Tapuia para garantir a própria sobrevivência, sendo assim identificados como "proletários rurais", na definição de Roberto Cardoso de Oliveira, ou "marginais em suas próprias Terras".

Os Tapuia não contam com nenhuma produção possível de comercialização, nem agrária, nem artesanal. Isso gera uma dependência total do mercado de trabalho externo, contribuindo para uma desvinculação mais acentuada da vida em comuni-

dade.

Os Tapuia precisam, urgentemente, de recursos para sua subsistência: apoio agrícola, equipamentos, recursos para aquisição de animais, além de um projeto básico de assistência médico-odontológica.

Sem a aquisição desses recursos básicos, os Tapuia vão continuar num estado de extrema pobreza. Pobreza a que foram reduzidos por um modelo de assimilação compulsória, cujo resultado é a marginalização social, cultural e econômica.

O caso Tapuia pode ser o trágico retrato do futuro das populações indígenas no Brasil. Um futuro definido pela política indigenista oficial, que se sabe pressionada por grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

A política indigenista oficial, hoje, tem como prática reduzir e retalhar as terras dos Índios, criando as chamadas colônias indígenas, prejudiciais à vida cultural e física dessas populações. Isto vai confinando os Índios em pequenas extensões de terra, tendo como uma das conseqüências o assalariamento e, daí, a marginalidade econômica. Para executar essa política de colônias indígenas, muitas vezes a Funai pressiona as comunidades indígenas, fazendo uma verdadeira chantagem - se os Índios aceitarem a implantação da colônia, o governo garante dar assistência à comunidade. Isto está acontecendo, por exemplo, com os Yanomami, em Roraima.

A consciência civil do povo goiano não pode permitir que se reproduza esta situação com os Tapuia e os demais grupos indígenas existentes em Goiás (os Avá-Canoeiro e os Karajá de Aruanã), como também em todo o Brasil.